

“Só quem gosta de farinha é quem sabe peneirar”: Possibilidade de desenvolvimento da produção associada nas Farinheiras do assentamento Carlos Marighella em Poxoréu/MT



<https://doi.org/10.56238/interdiinovationscrese-034>

Ana Paula Bistaffa de Monlevade

Doutora em Educação e Docente do Curso de Bacharelado em Turismo do Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Cuiabá. Membro do Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos Turísticos do Centro-Oeste – CETCO”.

E-mail: ana.monlevade@ifmt.edu.br

Marcela de Almeida Silva Ribeiro

Mestra em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola e Consultora em Turismo pela empresa Ictus Soluções em Turismo Ltda e Credenciada ao Sebrae – MT. Membro do Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos Turísticos do Centro-Oeste – CETCO”.

E-mail: marcelaalmeida@icthusturismo.com.br

Sandra Maria de Oliveira Siqueira

Bacharel em Turismo pelo Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Cuiabá

E-mail: ssiqueira2017@gmail.com

RESUMO

O presente estudo objetivou apresentar a produção associada como possibilidade de atuação coletiva

das famílias, na produção da farinha de mandioca - atualmente produzida de forma individualizada - do assentamento Carlos Marighella no município de Poxoréu/MT, com vistas a agregar valor no processo produtivo do alimento, frente ao mercado que se tornou escasso, devido ao avanço da recessão econômica brasileira. Ao lançar o olhar sobre o território mato-grossense nos remetemos ao processo histórico que configurou a estrutura fundiária existente na atualidade, em que este assentamento, bem como as famílias à ele pertencente, vivenciam hoje. Com isso, há uma busca por alternativas de sobrevivência, por parte dos assentados. E deste modo, apresenta-se como resistência frente a atual conjuntura que, individualmente, os direcionará ao aprofundamento da precarização do trabalho. Assim, a proposta por este estudo apresentada, aponta uma alternativa positiva, fazendo com que criem coletivamente uma nova forma de sobrevivência e ajuda mútua, sem necessariamente dependerem do apoio do Estado.

Palavras-chave: Farinheira, Produção associada, Assentamento Carlos Marighella.

1 INTRODUÇÃO

A política desenvolvimentista adotada no Brasil, mais fortemente a partir das décadas de 1970, que objetivava a ocupação do território e expansão de fronteiras agrícolas, direcionou famílias que antes estavam à margem da sociedade em urbanização, para o campo; dentro da pauta tratada como movimentos em prol da reforma agrária. Essas famílias que buscavam, por meio da posse de terras, melhoria nas condições sociais e econômicas, passaram a ocupar porções do território brasileiro, que foram divididas em módulos fiscais, antes improdutivas e/ou devolutas.

Na região Centro-Oeste, a expansão demográfica no último século, exerceu uma pressão considerável sobre o crescimento da produção, o que motivou os movimentos em prol da reforma agrária que visam à divisão igualitária de terras no intuito de ocupar para produzir alimentos e



reproduzir-se socialmente, em uma estratégia que rompeu com padrões da estrutura econômica tradicionalista e garantiu, de certo modo, o acesso necessário à ocupação e uma tímida expansão das atividades produtivas ligadas ao campo (CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA, 2004).

Feliciano (2006) afirmou que nesse período no Mato Grosso os movimentos em prol da reforma agrária se deram de diversas formas: através de políticas de incentivo a ocupação das terras, créditos fundiários, mobilização de recursos destinados ao financiamento de empresas, obras de infraestrutura viária, estímulos ao desenvolvimento regional e loteamentos particulares.

Esse processo marca a incorporação territorial do Mato Grosso na economia brasileira, que se intensificou com a abertura de rodovias e implantação de novos territórios de colonização - assentamentos oficiais e particulares, em que o governo se comprometeu com a implementação da infraestrutura de realização (CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA, 2004). Nesse ínterim, grande parte dos municípios mato-grossenses foram fundados e/ou “incharam” devido aos fluxos demográficos, sobretudo, nas porções Norte, Central e Sudoeste do Estado.

Todavia, historicamente todo esse processo de colonização do Mato Grosso gerou todo tipo de desigualdades nos espaços rurais do Estado, pois desde o início e durante décadas os latifúndios foram favorecidos pelas políticas que beneficiavam e proporcionavam a formação de grandes propriedades gerando conflitos por terras que muitas vezes foram minimizados (de forma pontual) a partir da criação de assentamentos rurais. Assim, é possível compreender como as raízes da estrutura fundiária de Mato Grosso são fortemente concentradas no estado.

O assentado na condição de pequeno produtor de subsistência utilizava-se quase que exclusivamente da terra e da mão de obra familiar não remunerada para produzir seus “excedentes”, agora, entretanto, para sua sobrevivência frente a uma estrutura econômica globalizada, este pequeno produtor mercantil teve que mergulhar em custos monetários elevados, devido aos modernos insumos que passou a ter necessidade para o aumento da produção e assim, ofertar com certa competitividade no mercado (CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA, 2004).

Desta forma, acerca do espaço rural, sob a luz de discussões e da atual conjuntura, destaca-se cada vez mais a importância das atividades como a economia solidária e a produção associada para melhoria da composição da renda de milhares de agricultores familiares, bem como mecanismo de sobrevivência apresentando-se como possibilidades que se manifestam no espaço rural e que possibilitam a complementação de renda nas unidades familiares de produção.

Lamera (2008) reforçou que as políticas de reforma agrária ganharam força nas últimas décadas, devido às discussões sobre o espaço rural produtivo, o contexto socioeconômico e político, evocando a distribuição de terras não com intenção somente de obter aumento da produtividade agropecuária, mas para resolver uma das graves mazelas sociais causadas pela má distribuição da renda e da posse de terras em nosso País.



Além disso, sabemos que a ocupação das terras está vinculada às características ambientais e socioeconômicas de cada local em que os assentamentos rurais foram instituídos. Deste modo, as condições geográficas de ordem natural e social interferem diretamente na manutenção e na reprodução social dos assentados. Ou seja, a concretização de assentamentos rurais carece de maior atenção e da análise de uma série de fatores, pois não basta apenas oferecer acesso à terra, é preciso que o assentado consiga permanecer no local e retirar o seu sustento e de sua família no meio rural.

Porém, em uma tentativa de amenizar os conflitos de terra, boa parcela desses assentamentos no Mato Grosso foi estabelecida sem levar em consideração essas características e, atualmente enfrentam problemas graves, nas mais diversas esferas, infraestrutura (estradas precárias, distância dos mercados consumidores, falta de água.) educação, saúde, carência de assistência técnica e extensão rural, dentre outros, dificultando a reprodução socioeconômica desses assentados, fazendo com que criem inúmeras formas de sobrevivência e ajuda mútua, pois nem sempre contam com o apoio do estado (OLIVEIRA, CLEMENTE, STURZA, 2018).

Os dados do portal Painel INCRA (2019) mostram que até o ano de 2017 foram registrados pelo órgão, 549 assentamentos, com atendimento de 82.424 famílias no estado de Mato Grosso. Neste contexto, encontra-se o assentamento Carlos Marighella - Pontal do Areia que foi constituído em 1999 a partir da desapropriação da Fazenda Pontal do Areia.

Desta forma, o presente texto tem como objetivo apresentar a produção associada como possibilidade de atuação coletiva das famílias do assentamento Carlos Marighella na produção da farinha de mandioca com vistas a agregar valor no processo produtivo do alimento para fortalecimento frente ao mercado que se tornou escasso, devido ao avanço da recessão econômica brasileira.

Afinal, a produção associada pode representar aos assentados do Carlos Marighella uma alternativa de produção da existência baseada na organização coletiva do trabalho e da vida, no princípio de igualdade, solidariedade, autogestão e reciprocidade, que possibilite se emancipar do capital, construindo um novo projeto societário e à liberdade como sujeitos históricos.

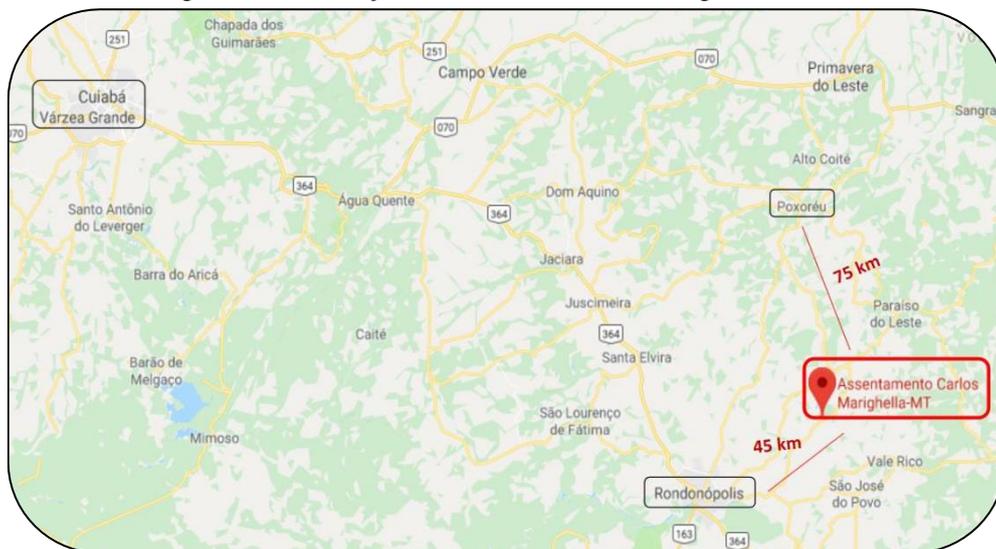
Com isso, a partir do objetivo apresentado, partimos do materialismo histórico dialético na tentativa de compreendermos a realidade concreta do assentamento. Bem como, optou-se pela pesquisa de abordagem qualitativa e como instrumento de coleta de dados utilizamos a entrevista semiestruturada como forma possível de se entender as trabalhadoras e os trabalhadores do Carlos Marighella como sujeitos ativos e críticos. Além disso, estivemos presente no espaço da produção da farinha, sendo possível observar os diferentes equipamentos encontrados em cada família (observação não participante), além presenciar o momento de produção e embalagem do produto.



1.1 ASSENTAMENTO CARLOS MARIGHELLA E A POSSIBILIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO ASSOCIADA

O Assentamento localiza-se na zona rural do município de Poxoréu/MT e está a 75 km do centro da cidade (imagem 01). O município possui aproximadamente 17.599 habitantes (IBGE, 2010), sendo que 11.923 moradores residem no núcleo urbano e 5.676 vivem no espaço rural. Economicamente, Poxoréu não depende mais do garimpo de exploração de ouro e pedras preciosas - fato que marcou a constituição histórica do município – atualmente sua economia pauta-se na produção de soja, algodão e a pecuária - principais atividades econômicas do local.

Imagem 01: Localização Assentamento Carlos Marighella



Fonte: *Google Maps* – adaptado pelas autoras (2019)

No entanto, é importante ressaltarmos que Poxoréu tem sua origem no garimpo de diamantes. Ainda no fim do século XIX, trabalhadores procuravam sem sucesso diamantes nas cabeceiras do Rio São Lourenço. Porém, em 24 de junho de 1924, João Arenas Teixeira foi em direção a Fazenda Firmeza, de Antônio Barcelos, para organizar uma expedição ao Rio São Lourenço. “Com Pedro José, José Pacífico, Antônio Diamantino, Rueda, Francisco Louzada, Félix Abadie e mais um companheiro foram examinando os cascalhos indicadores de diamante” (FERREIRA, 2017, p. 01).

O primeiro diamante foi encontrado em 29 de junho e por isso deram o nome de São Pedro ao córrego. Após a descoberta, a notícia se espalhou rapidamente e São Pedro protagonizou a corrida garimpeira. Todavia, em 1927 ocorreu um incêndio arrasador no local fazendo com que os garimpeiros se mudassem para o sopé do Morro da Mesa, a 30 km da região explorada até então. Desta forma, teve início a história de Poxoréu (FERREIRA, 2017).

Apesar da mudança, os garimpeiros puderam continuar a exploração sem maiores problemas, pois também encontraram muitos diamantes na região chamada de novo “Eldorado”. Com isso, dezenas de garimpeiros acamparam ao lado do Morro da Mesa e assim surgiu o primeiro aglomerado de mesmo



nome, tornando-se depois de um tempo um povoado que passou a se chamar Poxoréu.

O crescimento do local foi rápido e alguns fatores colaboraram para isso: os primeiros garimpeiros ao lavarem o cascalho tiveram a certeza que as jazidas eram mais extensas e volumosas que as de São Pedro e também os Bororos ali aldeados não representavam perigo, pois eram pacíficos (acredita-se que o nome Poxoréu foi dado, de certa forma, em homenagem ao povo Bororo).

As terras próximas a vila de Poxoréu e até mais distantes e em todas as direções já estavam sendo apossadas e nelas implantadas propriedades com lavouras e gado. Nessas terras, mais tardes seriam fundados aglomerados humanos significativos como Jarudore, Johannesburgo, Lambari, Paraíso do Leste, Toriparu, Alto Coité, Barra do Paraíso, São Lourenço de Fátima, Capim Branco, Mutum. Terras devolutas foram ocupadas e pedidos para titulação tinham se multiplicado. Diante desse crescimento populacional, a Lei nº 145 de 29 de março de 1.938 eleva à categoria de Município o Distrito de Paz de Poxoréu. A Lei nº 145 fixa de maneira geral os limites de Poxoréu, sem criar, nem delimitar seus distritos. O Decreto Lei nº 208 de 26 de outubro de 1.938, fixando o território de Mato Grosso, para vigorar no quinquênio 1.939 a 1.943, fixa o município de Poxoréu com os seguintes distritos: a Sede, Coronel Ponce, Ponte de Pedra e Rondonópolis (CARTÓRIO POXORÉU, 2019).

Um ano após a criação do município, em 1.940, houve o primeiro recenseamento. Poxoréu já possuía 14.749 habitantes. A força da migração para o local foi o garimpo, mas em 1.940 a agricultura já estava bem estabelecida e a pecuária acompanhou o seu ritmo. O rebanho era de aproximadamente 30.000 cabeças. Assim, Poxoréu acabou se tornando um local de referência na região, chegou a ser ponto de escala nos vôos entre Cuiabá - Goiânia.

Nos dias atuais, o município, destaca-se ainda pela existência de comunidades, distritos e assentamentos (Casulo do Jácomo, Santa Maria, Santo Antônio da Aldeia, Alminhas, João de Barro, Tietê, Colinas Verdes e Mártires do Carajás, Nova Poxoréu) que sobrevivem da agricultura familiar, além do Carlos Marighella, nosso campo empírico.

Quando implementado, o assentamento Carlos Marighella foi dividido em sítios com capacidade para 166 famílias, entretanto inicialmente destinou-se a 162. O nome do Assentamento foi escolhido em homenagem ao guerrilheiro, político e escritor Carlos Marighella¹, devido à militância nas lutas de classes sociais e durante a ditadura militar.

Já com relação a infraestrutura, o assentamento possui uma pequena mercearia que a noite torna-se bar, além de um posto médico, uma igreja católica, duas igrejas evangélicas e uma escola chamada Pontal da Areia. O local ainda conta com energia elétrica rural conseguida em 2004 através

¹ A história e dados de caracterização do Assentamento foram retirados do site <https://cirandas.net/assentamentosrondonopolis/municipio-de-poxoreo-assentamento>), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) e do Artigo intitulado “A Caracterização Ambiental do Assentamento Carlos Marighella à partir dos discursos dos estudantes da EJA e as contribuições da Educação Ambiental” com autoria de Lucimara Afonso Castilho, Crisnaiara Cândido e Dra. Lindalva Maria Novaes Garske (2017).



de um investimento conjunto entre os assentados e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Neste local, os(as) trabalhadores(as) rurais cultivam milho, mamão, abóbora, hortaliças e a mandioca (principal produto cultivado), bem como criam gado de leite.

Em função disso, existem várias queijarias e farinheiras, todavia, toda a farinha produzida no local é vendida a um atravessador que reside no município de Rondonópolis/MT (distante 47 km do assentamento), bem como a maior parte da produção de leite que é vendida para um laticínio na mesma cidade. Ao todo, o assentamento possui 12 farinheiras identificadas, em sua maioria ainda desenvolvem as técnicas e receitas de produção de forma rudimentar, que aprenderam em seu local de origem (imagem 02 e 03).

Imagem 02: Espaço - farinheira artesanal



Fonte: Sandra Siqueira (2019)

Imagem 03: Torradeira artesanal



Fonte: Maryanne Guimarães (2019)

Dentre essas farinheiras, uma possui instrumentos e maquinários que otimizam o processo produtivo da farinha e que conforme relato de um dos proprietários, foram adquiridos direto da fábrica, com recursos próprios, por meio de entrada, mais parcelamento do valor restante do produto, na forma de pagamento mensal, sob a venda do produto produzido e comercializado.

A colheita é feita de forma de arranque manual com auxílio de implemento (enxada), o transporte das raízes colhidas é feito em forma de baldeação em carrinho de mão, da área de plantio



até o galpão (imagem 04) onde passa pelo processo de higienização (descascamento e lavagem em caixas d'águas - imagem 05), posteriormente é feita a ralação das raízes, que são transformadas em massa, por meio de um ralador elétrico, para produção de farinha e outros derivados.

Imagem 04: Farinheira



Fonte: Jeniffer Prado (2019)

Imagem 05: Higienização da mandioca

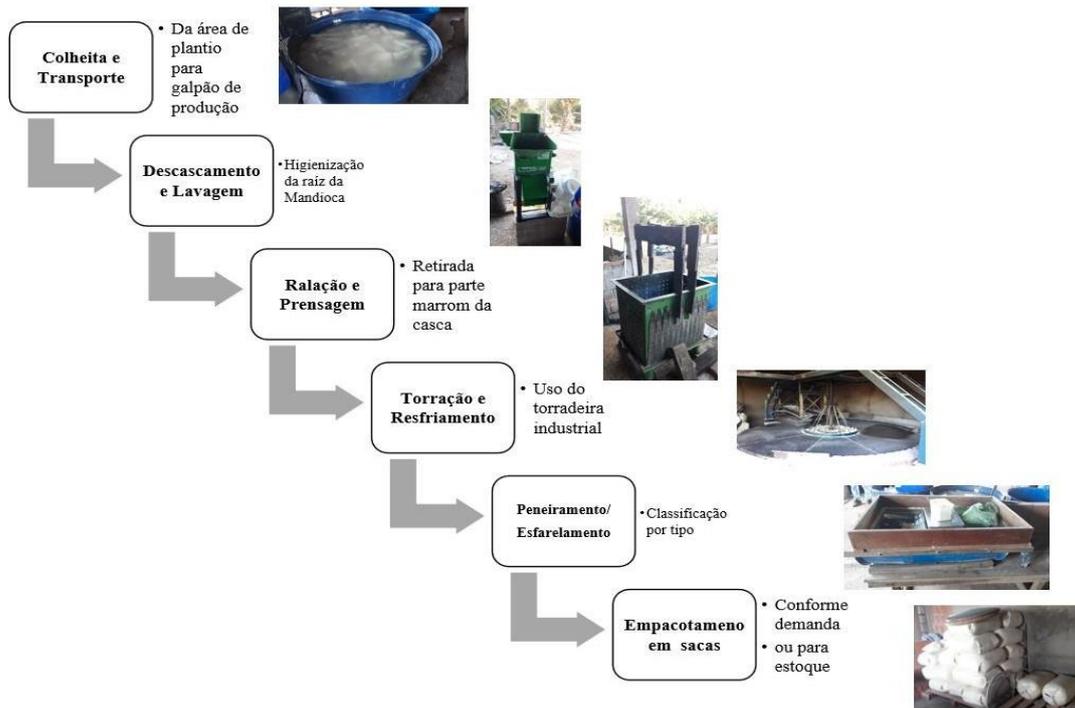


Fonte: Jeniffer Prado (2019)

O processo produtivo (imagem 06) observado nas farinheiras do assentamento parte do mesmo princípio sequencial, mas com ferramentas diferentes. Ocorre que na farinheira tecnificada a produção apresenta o diferencial que relaciona menos tempo no processo de produção e maior quantidade de produto gerado.



Imagem 06: Processo produtivo da farinha de mandioca



Fonte: Elaborado pelas autoras (2019)

A massa gerada é prensada para eliminação do excesso de água, facilitando deste modo torração e minimizando o risco de oxidação da massa. Com base na demanda do mercado ou necessidade de reposição de estoque a farinha é produzida. Este processo de produção dentro dessas farinheiras é estritamente familiar.

O processo de torração (imagem 07) é feito em um equipamento que tem a capacidade produtiva de 1.000 kg por vez de produção, esse maquinário é instalado sobre uma base em que ocorre a queima de lenha para a produção da farinha, acoplado à esse equipamento foi construído um reservatório (imagem 08) para resfriamento da produção. Quando o equipamento foi adquirido, segundo relato do proprietário, a demanda para produção era grandiosa, mas devido a recessão, tiveram que adequar e diminuí-la devido a sazonalidade da demanda.

Imagem 07: Torradeira mecanizada



Fonte: Ana Paula Bistaffa de Monlevade (2019)



Imagem 08: Reservatório para resfriamento da farinha pós-torração



Fonte: Ana Paula Bistaffa de Monlevade (2019)

De modo geral, essas famílias produtoras de farinha fabricam, estocam e vendem seus produtos para o mesmo depósito, de forma individualizada, mesmo sendo vizinhos e venderem para a mesma empresa, que é um armazém situado na cidade de Rondonópolis, este por sua vez comercializa para demais mercados na região, com a rotulagem da Farinha de Mandioca Recreio.

Neste cenário contextualizado, como proposição da produção social e melhoria da fabricação da farinha, este estudo destaca a possibilidade para a comunidade atuar de forma associada, agregando valor ao processo produtivo da farinha de mandioca para fortalecimento frente ao mercado que se tornou escasso, devido ao avanço da recessão econômica brasileira, conforme relatou o produtor da farinheira investigada.

O trabalho cooperativo ou trabalho associado e/ou produção associada² (este último que utilizaremos no texto) é entendida como uma forma de organização historicamente construída por comunidades organizadas envolvendo às relações sociais, econômicas e culturais permitindo que trabalhadoras e/ou trabalhadores produzam sua existência de forma livre, coletiva, solidária e autogestionária.

Segundo Caetano e Neves (2014, p. 602), a produção associada³ é:

[...] uma das estratégias de que os trabalhadores e trabalhadoras pertencentes aos setores populares lançam mão, visando a garantia da reprodução ampliada da vida através de práticas econômico-sociais e culturais que se diferenciam da racionalidade da economia capitalista. [...] O trabalho associado é organizado de forma autogestionária, sem valorizar o lucro e a exploração da força de trabalho alheia, apoderando-se dos meios de produção e pautando-se na solidariedade, que extrapola o âmbito material.

² É importante ressaltar que apesar de se tratar de uma nova terminologia, a produção associada tem sua origem diretamente vinculada ao que Marx (2014) denomina de uma sociedade de homens livremente associados, ou seja, está relacionada ao trabalho associado, conforme já relatado no texto. Além disso, não se trata de um conceito pronto e irretocável, pois estamos falando de algo dinâmico, profundo e histórico.

³ São várias as formas de organização da produção associada. Em destaque as cooperativas e associações. Porém, podemos encontrar também núcleos de base familiar, grupos informais de trabalho coletivo, redes, cooperativas de produção coletiva, etc.



Existem diversas comunidades tradicionais espalhadas por todo país em que podemos encontrar grupos organizados associadamente. Nesses locais, trabalhadoras e trabalhadores desenvolveram uma relação muito próxima da natureza, dependente da terra, além de possuir uma maneira diferente de viver e de enxergar o mundo. Afinal, os trabalhos manuais e intelectuais andam juntos e as relações sociais, econômicas e culturais são baseadas na solidariedade, igualdade, cooperação, reciprocidade e bens comuns.

O Papa Francisco destaca que, há uma necessidade de pensar em mecanismos e economias distintas que fazem viver e que não matam, mas sim inclui e não exclui, humaniza e não desumaniza, cuida da criação e não a depreda e ainda aponta para a necessidade, corrigir os modelos de crescimento incapazes de garantir o respeito ao meio ambiente, o acolhimento e preservação da vida, o cuidado da família, a equidade social, a dignidade dos trabalhadores e de gerações vindouras (Carta Encíclica *Laudato si*, 2015).

Desta forma, acreditamos que a partir da produção associada e/ou da organização coletiva das farinhas localizadas no assentamento Carlos Marighella, trabalhadores e trabalhadoras locais possam se organizar de forma autogestionária e assim eliminar a presença do atravessador para a comercialização da farinha de mandioca. Pois, compreendemos a produção associada como um modo de produção da existência fundamentado nas mediações de primeira ordem que tem como objetivo preservar as funções vitais de reprodução individual e da totalidade dos seres humanos, pois, segundo Castro (2015, p. 43):

[...] cada homem deve trabalhar de acordo com a sua consciência e o trabalho não é o instrumento individual de ganhar a vida, mas sim o meio de toda a sociedade, não os recursos de um indivíduo. Um indivíduo só não pode nada, um indivíduo só vale muito pouco; um indivíduo integrado na força de uma sociedade é tudo.

Corroborando com as ideias apresentadas, o professor Carlos Vainer, em sua síntese reflexiva sobre “Outras economias e outros modos de vida são possíveis” destaca 06 teses para discussão da “Economia de Francisco”, salientando a necessidade de buscar alternativas ao modelo econômico vigente, mas não apenas como modelo alternativo; a incorporação da historicidade dos sujeitos históricos no processo de construção desse modelo; aponta a prática da crítica como não substituição da crítica da prática; a resistência por meio da construção de alternativas em múltiplas escalas e adoção de estratégias e alianças transescalares; a busca para superar o individualismo e o privatismo, preservando e reinventando a esfera pública e os mecanismos comuns; trazendo a educação e culturas como protagonismo para projetar novas alternativas em uma luta e em debate contínuo. Premissas necessárias frente aos mecanismos socioeconômicos e culturais, centralizadores e excludentes da diversidade.



2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fabricação de farinha de mandioca, nas farinheiras do assentamento Carlos Marighella, tem sido predominantemente artesanal (com exceção da farinheira mais industrializada) e familiar, considera-se que a produção tem se destinado a subsistência (consumo) e à comercialização; contudo, a forma individualizada que vem sendo conduzida a produção, não tem se apresentado atualmente lucrativa, haja vista o tempo despendido, a sazonalidade na produção frente a atual recessão e a força de trabalho necessária não tem efetivamente compensado o valor financeiro.

Ao final do estudo pode-se perceber que a produção de farinha de mandioca contém diversas etapas de processamento, consideradas de baixa complexidade, sendo processada nas farinheiras existentes, de forma manual ou mecanizada. Há predominância da produção individualizada em seus espaços familiares e não há aspecto colaborativo, mesmo havendo relativa proximidade dos espaços produtivos e muitos desses proprietários das farinheiras serem parentes.

Considera-se por princípio, que a transição e adoção da produção associada, permita que as trabalhadoras e os trabalhadores estruturem a sua existência a partir de decisões democráticas, fazendo com que os mesmos possuam o controle dos meios de produção e do processo de trabalho. Além disso, esse modelo poderá possibilitar que estes seres humanos tenham a oportunidade de tentar caminhar em direção contrária ao individualismo e ao autoritarismo para, quem sabe um dia, conseguirem superar o modo de produção capitalista. Afinal, só quem gosta de farinha é quem sabe peneirar!



REFERÊNCIAS

- CAETANO, Edson; NEVES, Camila Emanuella Pereira. Entre cheias e vazantes: trabalho, saberes e resistência em comunidades tradicionais da baixada cuiabana. *Revista Educação Pública*. Cuiabá, v. 23, n.53/2, p. 595-613, maio/ago. 2014.
- CARTÓRIO DO 1º. OFÍCIO POXOREÚ. História de Poxoréu. Disponível em: < <https://www.cartoriorgipoxoreu.com.br/novo/a-cidade/historia/>>. Acesso em: 22 set. 2019.
- CASTRO, Fidel. A grande tarefa da revolução consiste em formar o homem novo. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- CIRANDAS. Município de Poxoréu Assentamento Carlos Marighela. Disponível em: < <https://cirandas.net/assentamentosrondonopolis/municipio-de-poxoreo-assentamento> >. Acesso em: 01 jul. 2019.
- CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro: novas atividades rurais. Brasília-DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. v. 6.
- FELICIANO, Carlos Alberto. Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006, 205 p.
- FERREIRA, João Carlos Vicente. História de Poxoréu. Disponível em: < <http://www.portalmatogrosso.com.br/municipios/poxoreu/dados-gerais/historia-de-poxoreu/543>>. Acesso em: 22 set. 2019.
- FRANCISCO, Papa. Carta Encíclica Laudato Si' do Santo Padre Francisco: sobre o cuidado da casa comum. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si_po.pdf. Acesso em: 12 set. 2019.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sinopse do Censo Demográfico 2010 Mato Grosso. Disponível em: < <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=29&uf=51>>. Acesso em: 05 jul. 2019.
- Dados Econômicos do Município de Poxoréu Mato Grosso. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/poxoreu/panorama>>. Acesso em: 06 jul. 2019.
- INCRA. Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária . Disponível em: < <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 18 jul. 2019.
- LAMERA, Janice Alves. Análise da eficiência dos assentamentos rurais em Mato Grosso. 2008. 149 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-graduação em Agronegócios e Desenvolvimento Regional, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá-MT, 2008.
- OLIVEIRA, Iolanda Lopes; CLEMENTE, Evandro Cesar; STURZA, José Adolfo Irian. O associativismo como promotor do desenvolvimento rural e (re)organização espacial em assentamento rurais. In: XXIV Encontro Nacional de Geografia Agrária: questão agrária e práxis social. 2018. Anais da Universidade Federal da Grande Dourados, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2018.
- VAINER, Carlos. Outras Economias e Outros Modos de Vida São Possíveis. Disponível em: <https://frentedompaulo.com.br/economiadefrancisco/?s=carlos+vainer>. Acesso em: 24 set. 2019.